

POLÍTICAS PATRIMONIAIS VOLTADAS PARA PRÁTICAS CULTURAIS E RELIGIOSAS AFRO-BRASILEIRAS NA ATUALIDADE: DILEMAS E POTENCIALIDADES

Raul Amaro de Oliveira Lanari¹

Resumo: Este artigo tem como base experiências de trabalho em projetos de identificação e salvaguarda do patrimônio cultural de comunidades afro-brasileiras entre 2014 e 2016 e pretende problematizar a eficácia dos instrumentos de patrimonialização diante das demandas de grupos historicamente marginalizados em suas memórias. Assim, a partir da apresentação dos processos de Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC, instrumento de identificação elaborado pelo IPHAN) do Jongo no Espírito Santo e do Mapeamento dos Terreiros de Laranjeiras/SE (supervisionado pelo IPHAN), analisaremos a abordagem patrimonial às práticas religiosas e culturais afro-brasileiras e os questionamentos apresentados por seus detentores e praticantes, especificamente no que diz respeito aos ganhos efetivos dessas comunidades com referência às múltiplas formas de preconceito ainda observáveis na atualidade. Dito isso, a reflexão aqui proposta será norteadas pelas seguintes questões: Qual o grau de adequação dos instrumentos de identificação e salvaguarda, tais como propostos pela política brasileira de proteção do patrimônio cultural, às especificidades das formas de organização cultural e religiosa das comunidades afro-brasileiras? Como a forma de instrução dos processos técnicos influi nos resultados obtidos nos trabalhos de campo? Os produtos finais desses projetos suscitam ações que transbordam o âmbito institucional dos instrumentos utilizados? Busca-se, com isso, propor formas de potencializar a contribuição dos instrumentos e das políticas patrimoniais para as pautas das comunidades afro-brasileiras.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Cultura afro-brasileira.

INTRODUÇÃO: UM ESTADO DA ARTE

Em seus 100 anos de trajetória completados em 2017, as políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil pouco atentaram para a salvaguarda do patrimônio constituído formas de manifestação da cultura afro-brasileira no Brasil, especialmente suas práticas religiosas, que sofrem, cotidianamente, ataques vindos de pessoas e grupos que professam de

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Assistente dos Departamentos de História e Relações Internacionais do Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH). E-mail: Raul.lanari@prof.unibh.br

outras crenças religiosas.² Não se trata de uma situação isolada no tempo, no espaço e entre as políticas culturais levadas a efeito pelo Estado brasileiro.

Ao longo de nossa história, a cultura negra sofreu com a invisibilidade imputada por visões sobre a identidade nacional pautadas pela ideia de "civilização" que, inicialmente elaboradas pelos integrantes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, valorizavam o esforço colonizador português e a pureza do indígena (GUIMARÃES, 1988, p. 7-8). No final do século XIX, membros da chamada "Geração de 1870", como Sílvio Romero, reinterpretaram essa visão utilizando as teorias do darwinismo social e do determinismo racial e geográfico. Debruçando-se sobre o dilema da mestiçagem, condenaram a influência africana na formação social e cultura brasileiras. Para reverter tal situação, foram criadas políticas sanitárias, educacionais e de aprimoramento racial, conhecidas pelo nome de "eugenia".³ A naturalização das diferenças entre as raças a partir dos estudos científicos foi afirmada concomitantemente à crítica ao Império e à instalação do regime republicano no Brasil, tendo vida longa no "pensamento social brasileiro" do início do século XX (SCHWARCZ, 1993; ALONSO, 2000).

A partir da década de 1920, a consolidação de uma interpretação "cultural" sobre a mestiçagem brasileira trouxe à tona a influência africana sobre a identidade nacional. Iniciada pelo médico baiano Artur Ramos, esta visão abandonou a ideia de que a cultura e a religiosidade afro-brasileira seriam indícios de inferioridade racial. Sob influência de Gilberto Freyre, sociólogo pernambucano que dedicou seus estudos à identificação de uma cultura comum criada pelo contato entre os portugueses, os índios e, especialmente, os negros no Brasil, a antropologia cultural encampou, nas décadas de 1930 e 1940, o estudo das religiões afro-brasileiras, tendo se consolidado nessa posição à medida em que surgiram os diversos cursos universitários e programas de pós-graduação nas décadas seguintes (SILVA, 2002, p. 91-93).

A consolidação destes estudos também ganhou impulso com a chegada de pesquisadores estrangeiros ao Brasil no período. Dentre aqueles que se dedicaram à fundação

² O primeiro processo de patrimonialização de um bem cultural de origem afro-brasileira foi o tombamento do Terreiro da Casa Branca, em Salvador, no ano de 1984. Depois dele, outros sete terreiros foram tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional até o ano de 2017.

³ Estudos como o de Nina Rodrigues, fortemente influenciados pelas teorias criminalistas de Cesari Lombroso, imputavam aos negros uma indisposição natural à observância de determinadas leis, pregando uma diferenciação legal baseada em argumentos biológicos.

de cursos universitários e a trabalhos de campo no Brasil podemos destacar Pierre Verger, Claude Levi-Strauss, Roger Bastide, Donald Pierson e Ruth Landes, responsáveis pela formação de gerações de pesquisadores brasileiros. A influência da "escola francesa" e dos "brasilianistas" foi decisiva para a crítica definitiva aos pressupostos de Nina Rodrigues e para a afirmação de uma escola "acadêmica" de estudos sobre a influência africana no Brasil. Entre as décadas de 1950 e 1970 diversos antropólogos brasileiros se dedicaram ao estudo da cultura negra e das formas de religiosidade a ela associadas. O interesse acadêmico e de associações de pesquisadores, no entanto, não se refletia em políticas públicas que garantissem visibilidade às manifestações culturais e religiosas dos negros e mestiços no Brasil.

Já a fundação da principal instituição de preservação da memória nacional, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual IPHAN), em 1937, foi acompanhada pela salvaguarda dos bens materiais, especialmente as edificações religiosas católicas, militares, as cidades históricas e a arte barroca, sem conferir atenção aos locais onde a cultura negra se manifestava, tampouco a suas práticas religiosas. Esse panorama se estendeu até, pelo menos, a década de 1970, quando se questionou a vertente patrimonial conhecida como a da "pedra e cal", que valorizava apenas o aspecto monumental do patrimônio cultural (FONSECA, 1999). Ainda que as políticas oficiais de preservação "patrimônio histórico e artístico nacional" não valorizassem os vestígios da presença negra em território brasileiro, os estudos sobre o folclore tiveram êxito em recuperar as manifestações culturais populares de matriz africana em diversos pontos do Brasil, contribuindo, dessa forma, para a manutenção das demandas por reconhecimento dessas comunidades (SILVA, 2002; OLIVEIRA&MATOS, 2012).

Entre as décadas de 1970 e o início do século XXI observou-se a proliferação dos cursos de antropologia e dos Programas de Pós-Graduação nessa área do saber, dentre os quais se destacam os da Universidade de São Paulo, fundado em 1934, e o do Museu Nacional, instituição incorporada à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na Bahia, a atividade de Pierre Verger abriu caminho para uma tradição de estudos culturais sobre os povos de terreiros no Brasil e seus pontos de contato com seus correspondentes na África. A partir do desenvolvimento desses núcleos de estudo sobre a cultura e a religiosidade afro-brasileira, observou um processo lento e gradual de consolidação de pautas associadas à

visibilidade negra. O alargamento das concepções a respeito do patrimônio cultural, com a afirmação do conceito de "Referências Culturais", levou à incorporação das metodologias caras à antropologia e à etnografia. Com isso, os pesquisadores foram forçados a reconhecerem o grau de subjetividade que suas atividades comportam, bem como a necessidade de valorizar aquilo que os próprios grupos sociais consideram seu patrimônio cultural. Essa nova visão a respeito da preservação do patrimônio cultural acompanhou o desenvolvimento das pautas sociais durante o processo de redemocratização política ocorrido a partir de 1985, consubstanciado na Constituição de 1988. Seu artigo 216 define o patrimônio cultural nacional como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988). De acordo com o texto constitucional, os bens patrimoniais devem ser valorizados por representarem os diferentes grupos sociais formadores da nacionalidade, em uma concepção pluralista que reconhece a cultura como um fenômeno multifacetado e passível de apropriações em diversos níveis. As disposições constitucionais também apresentam a distinção entre os bens "materiais" e "imateriais". Os primeiros são aqueles dotados de materialidade física, como as edificações, bens móveis e coleções, cuja proteção é regida pelo Decreto-Lei 25/1937, que define o instrumento jurídico do tombamento, e sua legislação complementar. Os segundos, por sua vez, são aqueles dotados de valor simbólico associado às crenças, práticas e saberes transmitidos de geração em geração e que, ainda que não possuam materialidade, se apropriam de bens materiais para sua existência. Os bens imateriais, cuja proteção passou a ser regida pelo Decreto 3551/2000, são divididos em "Saberes", "Celebrações", "Formas de Expressão" e "Lugares", e sua identificação se dá pelo instrumento do "registro", processo técnico conduzido pelo IPHAN em que são analisados os seus elementos mais relevantes.

A consolidação da noção de “Patrimônio Cultural” e de suas metodologias foram importantes para a valorização da contribuição da herança africana no Brasil, contudo, somente com as políticas de igualdade racial iniciadas no Brasil nas últimas décadas observou-se o maior reconhecimento dessa contribuição. O Estatuto da Igualdade Racial, estabelecido pela Lei 12.288, de 20 de julho de 2010, representa um importante marco neste processo, tornando-se um instrumento de reparação às injustiças históricas sofridas pelos negros e mestiços. A Lei 12.288 concedeu ao IPHAN na criação do Grupo de Trabalho Interdepartamental para a Preservação do Patrimônio Cultural de Terreiros – GTIT, por meio

da Portaria 537/2013. Somente nos últimos 15 anos foi possível observar esforços sistemáticos em identificar e salvaguardar bens culturais identificados com as memórias de grupos descendentes dos antigos escravos e libertos brasileiros. Tombamentos de terreiros de Candomblé como o Pedra Branca em Salvador e outros no estado da Bahia, e processos de registros de bens imateriais como o Samba de Roda do Recôncavo Baiano, do Jongo do Sudeste e dos Mestres e Rodas de Capoeira. Nossa intenção é contribuir para um balanço crítico dessas experiências e, para isso, nortearmos esta reflexão a partir da exposição e análise de dois processos de identificação de manifestações culturais e religiosas afro-brasileiras realizados nos anos de 2015 e 2016: o Inventário Nacional de Referências Culturais do Jongo/Caxambú no Espírito Santo e o Mapeamento dos Terreiros de Religiões Afro-Brasileiras de Laranjeiras/SE, ambos supervisionados pelo IPHAN. Estes serão os objetos de interesse da próxima seção.

O INRC DO JONGO/CAXAMBÚ DO ESPÍRITO SANTO E O MAPEAMENTO DOS TERREIROS DE LARANJEIRAS/SE

Para iniciar esta sessão, apresentaremos, em primeiro lugar, os dois processos que pretendemos analisar. Realizados nos anos de 2015 e 2016 sob supervisão das respectivas Superintendências Regionais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Inventário Nacional de Referências Culturais do Jongo/Caxambú do Espírito Santo e o Mapeamento dos Terreiros de Religiões Afro-Brasileiras de Laranjeiras/SE foram realizados pela empresa Temporis Consultoria, vencedora de processos licitatórios e responsável pela gestão das atividades técnicas. As equipes técnicas, constituídas por historiadores e antropólogos, ficou responsável pelo planejamento das atividades de campo, contato técnicos com as Superintendências Regionais do IPHAN, realização de entrevistas e demais ações junto às comunidades, preenchimento dos instrumentos de pesquisa do IPHAN e elaboração de relatórios técnico-acadêmicos.

O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Jongo do Espírito Santo foi realizado entre os meses de fevereiro e novembro de 2015, tendo abarcado vinte e um municípios, nos quais foram identificados vinte e oito grupos jongueiros. Decorrente do INRC

do Jongo do Sudeste, do qual resultou o registro da prática como Patrimônio Cultural brasileiro em 2005, este processo de identificação dos grupos locais teve como principal objetivo aprofundar o conhecimento já produzido a respeito das manifestações observadas na região, dando enfoque especial ao estado do Espírito Santo.

Os jongos, também chamados de “Caxambús” em decorrência dos tambores de madeira maciça utilizados em seus festejos, são formas de expressão realizadas por comunidades de escravos e seus descendentes em zonas rurais de cidades da região sudeste do Brasil caracterizadas por toques de tambores, cantos, vestimentas, coreografias e um extenso código simbólico que remete ao cotidiano das comunidades rurais brasileiras. Como forma de “louvação aos antepassados”, os Jongos e Caxambús mantem viva através da oralidade a presença das memórias das comunidades afro-brasileiras do sudeste, frutos, em grande medida, da consolidação da cultura cafeeicultora na região entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. O Espírito Santo, região que recebeu diversas fazendas, especialmente em sua porção sul, teve expressivo contingente de praticantes do Jongo/Caxambú. Na região norte, a presença da prática esteve mais associada às lavouras de cana-de-açúcar. A dispersão dos grupos e comunidades praticantes do jongo/caxambú no estado levou à divisão da área em duas localidades, norte e sul, a partir das quais foram estruturados os trabalhos de campo. Para a organização das informações foram aplicados os mesmos instrumentos de pesquisa utilizados no processo inicial, as fichas do INRC⁴.

O trabalho de investigação sobre o Jongo no Espírito Santo teve no conceito de “referência cultural” a chave de interpretação das informações obtidas no contato direto com os executantes da forma de expressão, buscando identificar os elementos que possuem relevância simbólica no universo jongueiro das localidades investigadas. A definição do que de fato é uma referência cultural para determinada comunidade deve ser encarada, nessa chave de compreensão, como alvo de disputas simbólicas, ou seja, deve-se reconhecer que o valor de um bem “é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados” (CORSINO, LONDRES & ARANTES NETO, 2000, p. 11-12). Também é necessário identificar que as comunidades pesquisadas

⁴ O Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC é um instrumento elaborado e aplicado pelo Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN no processo de identificação e documentação de bens culturais materiais e intangíveis. A aplicação da metodologia de pesquisa do INRC permite a incorporação de informações “sistematizadas, produzidas em cada experiência de implantação” do inventário pela agência federal de preservação patrimonial (IPHAN, 2000, p. 9).

estão imersas em relações de poder. A partir dessa ótica, foi possível identificar diferentes filiações, como as observadas entre os grupos jongueiros do Sul e do Norte do estado, bem como diferentes formas de organização frente aos poderes públicos. Muitos foram os grupos identificados que mantinham relações estreitas com as Secretarias de Cultura, participando das festividades oficiais e, para isso, realizando modificações na prática para atender melhor à demanda por espetáculos culturais. Da mesma forma, foi possível encontrar grupos familiares em que a prática remonta à ancestralidade e para os quais sua manutenção transcende as questões econômicas, relacionando-se com a afirmação de suas identidades ligadas à negritude. O trabalho deu origem a relatórios histórico-antropológicos, a fichas do INRC e a um vídeo-documentário, tendo sido finalizado e aprovado pela Superintendência regional do IPHAN no final de 2016.

Já o Mapeamento dos Terreiros de Religiões Afro-Brasileiras de Laranjeiras/SE foi realizado entre os meses de janeiro e julho de 2016 e contou com duas visitas de campo ao município sergipano para a realização de entrevistas com os responsáveis pelos terreiros locais e o acompanhamento de celebrações e ocasiões cotidianas de importância para as práticas religiosas a serem inventariadas. O trabalho inventariou trinta e um terreiros, entre diversas vertentes da Umbanda do Candomblé, além da existência de um tronco da religiosidade Nagô, chegada ainda durante o Império. O Mapeamento, ao contrário do INRC do Jongo, não integrou processo já concluído ou em andamento de registro das religiosidades afro-brasileiras, mas partiu de uma demanda da Superintendência Regional em conhecer os praticantes das vertentes religiosas apontadas acima no estado. Assim, o escritório regional decidiu realizar um levantamento piloto na cidade histórica de Laranjeiras, principal porto de chegada de escravos em Sergipe entre os séculos XVII e XIX.

Fundada em 1606, Laranjeiras sobreviveu à invasão Holandesa no século XVII, tendo se consolidado tardiamente como centro urbano relacionado à cultura da cana-de-açúcar em Sergipe, ainda ligado à Capitania da Bahia. Após a Independência e, especialmente, na segunda metade do século XIX, as rendas da terra decresceram enormemente e, com isso, a atividade escravista, o que levou à estagnação local e à perda de importância da cidade que, com a fundação de Aracajú, caiu em franca decadência, vindo a ser recuperada apenas na segunda metade do século XX. (AMARAL, 2007; 2011) Os primeiros terreiros, nascidos de escravos praticantes da religiosidade Nagô, surgiram na década de 1830, tendo se consolidado

a partir de 1860. Ao longo do século XX foram fundados importantes terreiros na zona urbana e em diversas localidades rurais, constituindo uma extensa rede de relações entre religiosos de diferentes gerações. Essa rede de relações incluía, também, religiosos de outros municípios sergipanos. Partícipes do processo de estagnação econômica e crescimento urbano associado à desigualdade social, os terreiros de religiões afro-brasileiras de Laranjeiras são, hoje, representantes de relevo das tradições culturais locais, valorizadas a partir da criação do Encontro Cultural de Laranjeiras na década de 1970, com impulso especial dado pelo movimento folclorista local.

Também norteado pela noção de “referências culturais, o processo de Mapeamento dos terreiros de Laranjeiras buscou o registro dos depoimentos de todos os Pais e Mães de Santo responsáveis por terreiros no município, ultrapassando os limites da zona urbana, onde se concentram aqueles com maior visibilidade. Assim, foi possível identificar múltiplas realidades locais, seja àquelas ligadas às demandas quilombolas, seja aquelas ligadas à necessidade de inclusão pelas políticas públicas de saneamento e planejamento urbano, seja aqueles que procuram afastar-se dos demais como forma de preservação das próprias práticas e tradições. É importante frisar que, ao contrário do processo observado no Espírito Santo, o mapeamento realizado em Laranjeiras não fez parte de nenhum processo de patrimonialização, como o Registro. Como produto final das atividades foram requisitados, além das fichas do INRC, dois relatórios histórico-antropológicos e um Mapa dos Terreiros de Laranjeiras.

O suporte da Superintendência Regional do IPHAN na ação realizada em Sergipe foi menor do que o observado no Espírito Santo, o que acarretou em benefícios e malefícios. Os primeiros estiveram relacionados a uma maior liberdade em campo para abordar questões referentes à relação dos detentores das práticas com os órgãos de preservação do patrimônio. Os segundos, por sua vez, decorreram da ausência de uma chancela oficial que quebrasse algumas resistências decorrentes do desconhecimento das atividades. Assim, durante os seis meses de trabalho junto aos terreiros de Laranjeiras, os técnicos estiveram a vontade para abordar assuntos relacionados à visão dos praticantes das religiões afro-brasileiras sobre as políticas culturais e de preservação ao patrimônio cultural brasileiro, colhendo importantes percepções que serão expostas na próxima seção.

Apresentados os dois projetos que são foco da análise, passemos agora para as respostas às questões elencadas no resumo do artigo: Qual o grau de adequação dos instrumentos de identificação e salvaguarda, tais como propostos pelos projetos realizados sob a supervisão do IPHAN, ao cotidiano e às demandas das comunidades locais? Como a forma de instrução dos processos técnicos influenciou nos resultados obtidos nos trabalhos de campo? Os produtos finais desses projetos suscitaram ações que transbordam o âmbito institucional dos instrumentos utilizados? As respostas a estas perguntas constituem, em nosso entendimento, uma boa medida das possibilidades e dos dilemas que as políticas patrimoniais encaram, enfrentam e terão de solucionar para avançar nas pautas delineadas no início dos anos 2000 com a afirmação do instrumento do Registro como forma de salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

DILEMAS E POSSIBILIDADES DAS POLÍTICAS PATRIMONIAIS FRENTE ÀS DEMANDAS DAS COMUNIDADES AFRO-BRASILEIRAS

As atividades de campo realizadas para a elaboração dos estudos técnicos, nos dois projetos aqui analisados, mostraram tanto possibilidades de aprimoramento quanto limites das políticas patrimoniais voltadas para a salvaguarda de manifestações culturais e religiosas de comunidades afro-brasileiras. O contato com os detentores dos saberes e integrantes dos cultos religiosos de matriz africana no Espírito Santo e em Sergipe deixou claro que existe uma percepção dessas comunidades a respeito das políticas patrimoniais, nem sempre positiva, e que as mesmas vêm procurando se mobilizar para fazer dos instrumentos oficiais de salvaguarda fatores de inclusão social e quebra de preconceitos históricos existentes no Brasil.

Foi grande o número de situações em que as pessoas abordadas para a realização de entrevistas e a consulta a documentos questionaram as equipes técnicas a respeito da procedência e a finalidade dos estudos. Uma pergunta foi ouvida repetidas vezes: “Vocês nos trarão de volta os resultados da pesquisa ou será como em todos os outros casos, em que os pesquisadores realizaram suas entrevistas, foram embora e nunca mais voltaram? ”. Houve casos em que as críticas foram feitas em forma descontraída, mas em muitas ocasiões os entrevistados manifestavam profunda contrariedade com a ausência de devolutivas. A

percepção dessa recorrência permite questionar até que ponto as políticas patrimoniais se empenham na promoção do engajamento das comunidades locais nos processos de salvaguarda. Outras situações observadas contribuem para a sustentação desse argumento.

Ambos os projetos previam a realização de encontros com os representantes das comunidades detentoras dos bens culturais inventariados. Tal atividade, especificada nos Planos Básicos dos projetos, cumpriam importante função de veicular informações sobre os trabalhos e, com isso, quebrar resistências e promover a participação daqueles que se identificassem com os objetivos propostos pelo IPHAN e os técnicos de campo. Um fato, no entanto, prejudicou imensamente os objetivos propostos: a insistência para que a realização dos encontros de mobilização ocorresse durante a semana, em horário comercial, para atender às demandas do órgão de preservação do patrimônio cultural. Em decorrência disso, grande parte das reuniões de mobilização ocorreram com público aquém do esperado. Muitas críticas foram apresentadas pessoalmente aos integrantes das equipes técnicas, com o argumento de que isso mostrava a distância entre as demandas do órgão e o cotidiano dos detentores dos bens culturais. Assim, cabe tanto aos órgãos de preservação quanto às equipes técnicas envolvidas em processos de identificação e salvaguarda de bens culturais um cuidado com o respeito a alguns “protocolos” diante dos detentores das informações e saberes que se pretende preservar e difundir. O primeiro deles é a percepção de que se está “entrando em casa alheia” e que, por isso, é necessário respeitar condutas por eles reprovadas, como, por exemplo, a falta de cumprimento com acordos estabelecidos. Diante de um quadro de exclusão histórica, as relações de saber e poder nestes casos, envolvem um grau elevado de confiança que, uma vez quebrada, suscita resistências e pouca participação. Em segundo lugar, a ênfase na realização de “devolutivas” dos produtos elaborados a partir das informações fornecidas pelas comunidades de detentores dos bens culturais. As devolutivas exercem importante papel na aprovação dos trabalhos por aqueles aos quais eles mais interessam. Assim, a submissão das interpretações feitas pelas equipes de técnicos ao crivo das comunidades pode tanto corrigir lapsos de percepção e interpretação dos técnicos quanto afirmar lugares de fala dotados de legitimidade pelas comunidades historicamente segregadas no Brasil. Este último aspecto tem grande relevância simbólica para o empoderamento destes grupos e o aumento da visibilidade de suas pautas.

As questões referentes ao empoderamento e a visibilidade das bandeiras das comunidades detentoras de saberes e práticas religiosas afro-brasileiras se mostrou um dos

grandes pontos a serem ressaltados nos dois projetos. A partir das experiências de campo nos dois projetos, observou-se que quantidade significativa dos grupos entrevistados enxergavam nas políticas de patrimônio formas de pleitear por reconhecimento sociocultural e, acima de tudo, pressionar os poderes públicos para o combate aos crimes de intolerância – racial ou religiosa -, cujo aumento nos últimos anos é apontado pelas comunidades envolvidas como motivo de insegurança, mesmo de quem já convive com o preconceito há tantos anos. É importante ressaltar que há uma percepção difundida que vincula a patrimonialização das manifestações culturais e religiosas afro-brasileiras à noção de “direitos”, sociais e referentes às memórias silenciadas e ainda perseguidas. Neste ponto, se impõe uma crítica, observada em diversos estudos técnicos e também encontrada nas percepções das comunidades pesquisadas: as políticas patrimoniais, em muitos casos, não possuem integração com outras políticas públicas que possibilitam a inserção social das comunidades historicamente segregadas, como as sanitárias, de educação, habitação, emprego e combate a pobreza. Isoladas, as políticas patrimoniais podem fazer muito pouco para retirar tais comunidades da situação de risco social experimentada há muitos anos, fator preponderante para a salvaguarda de suas manifestações culturais e religiosas. Uma vez focadas apenas no preenchimento dos instrumentos de pesquisa e na entrega de relatórios e produtos, as políticas patrimoniais continuarão “ensimesmadas” e permanecerão sendo motivo de desconfiança por parte de tais comunidades.

Uma diferença observada entre os dois projetos permite que façamos outras reflexões a respeito da importância da perenidade das ações de salvaguarda e promoção dos bens culturais. O Inventário Nacional do Jongo/Caxambú do Espírito Santo consistiu em aprofundamento de um processo nacional iniciado anos antes, de forma que se beneficiou tanto de uma massa de informações já acumuladas em outras etapas de pesquisa quanto da existência de uma percepção de sua existência e importância por parte das comunidades envolvidas, ainda que as mesmas as tenham encarado, como frisado, com desconfiança. O Mapeamento dos Terreiros de Religiões Afro-Brasileiras de Laranjeiras/SE, por sua vez, não encontrou semelhante panorama, tendo se tratado de projeto “avulso” da Superintendência Regional do IPHAN que, ainda que de grande valor para a promoção dos saberes relacionados à herança afro-brasileira, pareceu deslocado e sem propósito para as comunidades envolvidas, que ficaram sabendo das atividades apenas no calor do momento. Reflexos dessa diferença puderam ser observados também nas atividades de campo e na etapa das “devolutivas” às

comunidades. No caso capixaba, havia tanto infraestrutura quanto integração entre o corpo técnico do IPHAN e as lideranças comunitárias, fruto de um contato que vem de anos e já criou laços de confiança e colaboração. No caso sergipano, não se observou tal integração, tampouco conhecimento mútuo entre as partes envolvidas. Isso resultou na ausência de contatos entre o corpo técnico do órgão de preservação e as lideranças comunitárias atividade que foi realizada apenas pela equipe técnica de campo e sua coordenação, alheios à rotina administrativa do IPHAN e distante das comunidades locais envolvidas. Ao final do projeto, em um contexto político e financeiro adverso que abordaremos adiante, a Superintendência Regional não teve condições de dar continuidade ao projeto, tampouco de realizar devolutiva condizente com as expectativas das comunidades.

Por fim, não há como não falar do impacto negativo das reviravoltas políticas nos processos de salvaguarda de bens culturais e, de forma mais ampla, entre técnicos e pesquisadores envolvidos na área cultural. Desde o ano de 2016, observa-se no Brasil o desmonte das políticas culturais patrocinadas pelo governo na última década e meia e, dentro desse contexto, as políticas patrimoniais foram alvo direto da ação governamental. Mudanças no comando do IPHAN e de suas Superintendências Regionais, a tentativa de criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional fora da alçada do Ministério da Cultura (ele mesmo extinto e recriado depois de ampla manifestação pública de setores da sociedade) e o esvaziamento das verbas do IPHAN sob alegação de contingenciamento de gastos levaram à paralisia do órgão nos últimos anos. No ano de seu centenário, o IPHAN atravessa, na opinião de muitos de seus técnicos e de parte expressiva dos pesquisadores na Academia, sua pior crise. Com isso, os projetos iniciados sofrem com a falta de continuidade, uma vez que não há infraestrutura e verba de custeio para tal. O total descaso do novo governo ilegítimo com o setor cultural promove, seja por contingência ou, como parece, por uma ação deliberada, a desarticulação das redes tecidas pelas políticas patrimoniais nas últimas décadas, levando ao afastamento das comunidades das ações de preservação e à interrupção das medidas de salvaguarda e promoção planejadas pelo IPHAN. Assim, observa-se atualmente a inexistência de ações, nos casos aqui analisados, para a continuidade das políticas iniciadas e o consequente afastamento das comunidades dessa esfera de reivindicação de direitos sociais.

Trata-se, como podemos ver, de um cenário complicado e de poucas perspectivas dentro daquilo que se criou de expectativas sobre a ampliação das políticas patrimoniais no

Brasil desde o início do século XX. É consternador que, diante das possibilidades de reflexão para a melhora das práticas e metodologias utilizadas na identificação e salvaguarda dos bens culturais referentes às comunidades afro-brasileiras, tenhamos que conviver com retrocessos tão acentuados e, ao invés de aprofundarmos as políticas de “direito à memória”, tenhamos que lutar pela própria sobrevivência do órgão centenário de preservação de nosso patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888**. Salvador, 2007, 387p. Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

_____. Religiosidades africanas e comunidades negras em Laranjeiras (Sergipe, 1860-1910). In: **XXVI Simpósio Nacional da ANPUH**, São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300736578_ARQUIVO_Anpuh-2011_Sharyse.pdf Acesso em: 18/09/2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

LIMA, Angélica Silva de. **O mapeamento de referências culturais como instrumento de conhecimento e gestão do patrimônio cultural brasileiro**. Rio de Janeiro 2013, 302 p. Dissertação (Mestrado Profissional). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dissertacao_Angelica_Silva_de_Lima.pdf. Acesso em: 11/09/2017.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revan:IUPERJ:UCAM, 1999.

OLIVEIRA, Hildênia Santos de; MATOS, Luana Silva Bôamorte de. Novas políticas públicas para a cultura: o Sistema de Cultura de Laranjeiras/SE. **IV Seminário Internacional - Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, outubro/2016. Disponível em: [http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Hild %C3%AAnia-Santos-de-Oliveira-et-alii.pdf](http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Hild%C3%AAnia-Santos-de-Oliveira-et-alii.pdf). Acesso em 18/09/2017.

PASSOS, Lucas Santos. **Tombamento de Templos Religiosos em Laranjeiras/Sergipe**. São



Cristóvão, 2015, 255 p. Dissertação (mestrado). Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. Disponível em: <https://bdtd.ufs.br/handle/tede/472>. Acesso em 10/09/2017

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Religiões Africanas: construção e legitimação de um campo do saber (1900-1960). **REVISTA USP**, São Paulo, n. 55, setembro-novembro/2002, p. 82-111.